

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**

**2016/2017**



**TII**

**A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA  
EM MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Susana Cristina Ferreira Marques**

**CAP/TPAA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA AÉREA**  
**PORTUGUESA EM MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

**CAP/TPAA Susana Cristina Ferreira Marques**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2016/2017

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA AÉREA**  
**PORTUGUESA EM MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

**CAP/TPAA Susana Cristina Ferreira Marques**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-FA 2016/2017

Orientador: MAJ/PA-OFI João Alexandre da Costa Mesquita

Pedrouços 2017



### **Declaração de compromisso Anti plágio**

Eu, Susana Cristina Ferreira Marques, declaro por minha honra que o documento intitulado *A Participação da Força Aérea Portuguesa em Missões de Interesse Público* corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditora do Curso de Promoção a Oficial Superior – Força Aérea 2016/2017 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 26 de junho de 2017

CAP/TPAA Susana Cristina Ferreira Marques



## **Agradecimentos**

A frequência de qualquer curso obriga a um empenhamento pessoal tendo em vista o seu *terminus* com sucesso. O Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea (CPOS-FA), ministrado no Instituto Universitário Militar (IUM), não é uma exceção sendo que as suas características e âmbito obrigam a um esforço acrescido pelo auditor-aluno. O comprometimento para o alcance da aprovação final não é um ato isolado pelo que importa destacar quem me acompanhou nesta caminhada.

Deste modo, gostaria de começar por agradecer a todo o corpo docente do IUM, não só pelos conhecimentos transmitidos, assim como por me instigarem na obtenção dos melhores resultados.

Ao meu orientador MAJ João Mesquita pela sua total e inteira disponibilidade, pela sua análise e visão crítica e, acima de tudo, pela sua amizade.

A todos os militares que colaboraram na consolidação do tema, na aferição dos dados, aos entrevistados e, em particular, aos CAP Rodolfo Santos e Dr Carlos Serejo por toda a solicitude e disponibilidade.

Aos camaradas do CPOS-FA 2016/2017 pela camaradagem e apoio.

Aos meus amigos Maria Barata, Vera Albino, Nuno Galaio, José Marques, Hélio Filipe e Luís Oliveira pela ausência, paciência e palavras de incentivo.

À minha mãe por toda a coragem.



## Índice

Introdução .....	1
1. Metodologia e Procedimentos .....	4
1.1. Estudo do Tema e Revisão da Literatura .....	4
1.2. Modelo de Análise .....	5
1.3. Estratégia e Desenho de Investigação.....	5
1.4. Recolha, Análise e Tratamento de dados.....	6
1.5. Síntese Conclusiva.....	6
2. Da consciência nacional sobre a Segurança e a <i>Safety</i> .....	8
2.1. A garantia da Segurança Nacional no atual contexto estratégico .....	8
2.2. A desterritorialização dos riscos e ameaças.....	8
2.3. A <i>safety</i> como parcela da Segurança .....	9
2.4. Identificação das disposições legais e normativas.....	9
2.4.1. CRP .....	10
2.4.2. LDN.....	10
2.4.3. LOBOFA .....	10
2.4.4. CEDN .....	10
2.4.5. CEM .....	11
2.4.6. Lei Bases de Proteção Civil.....	11
2.5. Síntese Conclusiva.....	11
3. A Força Aérea Portuguesa no domínio do Interesse Público .....	13
3.1. A Segurança Humana e a Proteção Civil.....	13
3.2. Do duplo uso das capacidades militares .....	14
3.3. A Força Aérea como agente de atuação efetiva para os Objetivos Estratégicos .....	14
3.3.1. Características do Poder Aéreo .....	15
3.3.2. Tipologia de Missões Institucionalizadas.....	15
3.3.3. As missões de Interesse Público efetuadas pela Força Aérea .....	16
3.4. Síntese Conclusiva.....	16
4. Estudo de Caso – A Força Aérea nas Missões de Apoio à ANPC .....	18
4.1. Enquadramento formal .....	18



4.2. Formas de colaboração no ciclo da Proteção Civil.....	18
4.2.1. Prevenção .....	18
4.2.2. Socorro .....	19
4.3. Avaliação da eficiência dos meios empregues .....	21
4.4. Perceção sobre a participação da FA .....	21
4.5. Perspetivas para o futuro .....	22
4.6. O produto da FA como ativo intangível nacional.....	22
4.7. Síntese Conclusiva.....	23
Conclusões.....	24
Bibliografia.....	29

### **Índice de Anexos**

Anexo A — Glossário de Termos .....	Anx A - 1
Anexo B — Número de ocorrências e área ardida em Portugal continental.....	Anx B - 1

### **Índice de Apêndices**

Apêndice A — Modelo de Análise .....	Apd A - 1
Apêndice B — Guião para Entrevista Semi-Estruturada .....	Apd B - 1
Apêndice C — Resumo das Entrevistas.....	Apd C - 1
Apêndice D — Missões de Interesse Público executadas pela FA .....	Apd D - 1

### **Índice de Figuras**

Figura 1 - Participação da FA em Simulacros e Exercícios no âmbito da ANPC.....	19
Figura 2 - Meios da FA empregues em Missões de Apoio à ANPC (2012-2016).....	20



## **Resumo**

O presente Trabalho de Investigação Individual é edificado sob a égide das Ciências Militares e o seu objeto de análise versa sobre a Participação da Força Aérea Portuguesa em Missões de Interesse Público.

Inserido no tema das missões de interesse público, o objetivo geral desta investigação trata de avaliar a eficiência dos meios empregues na prossecução das missões de apoio a ações de Proteção Civil. Por sua vez, os objetivos específicos, que são por inerência intrínsecos ao objetivo geral, consistem na identificação das ameaças e riscos, na identificação dos objetivos estratégicos para a diminuição do ambiente de risco e a garantia da resiliência, assim como a avaliação do duplo uso das suas capacidades para a eficiência daquelas missões.

O modelo de análise desenvolvido alicerça-se através da análise documental, assim como na dimensão concetual, com base num raciocínio indutivo, tendo em vista a formulação de uma teoria.

No domínio metodológico, com base numa orientação ontológica construtivista e numa posição epistemológica interpretativista, observam-se factos particulares através de uma estratégia qualitativa.

O resultado deste trabalho valida o contributo eficiente da Força Aérea para a garantia dos objetivos teleológicos do Estado, através da sua participação em missões de interesse público.

**Palavras-chave: Segurança Nacional, Resiliência, Proteção Civil, Força Aérea Portuguesa, Duplo Uso.**



**Abstract**

*Developed under the construct of the Military Sciences; the Individual Investigation Work focuses on the utilization of the Air Force's capabilities in support of Civil Protection imperatives.*

*The main objective of this investigation is to identify the means involved in the accomplishment of Civil Protection Support Missions under the overarching Missions of Public Interest.*

*In turn, the specific objectives, inherent to the main objective, consist in detecting threats and risks, identifying the strategic objectives for the reduction of the risk environment and the guarantee of resilience, as well as the evaluation of efficient double use of the Air Force capabilities.*

*The analysis model and the conceptual dimension were developed evaluating a well-established legal and normative framework, based on an inductive reasoning, in order to formulate a theory.*

*In the methodological domain, based on a constructivist ontological orientation and an interpretivist epistemological position, particular facts are observed through a qualitative strategy.*

*As a result it is verified that the Air Force contributes to the achievement of the national objectives through its participation in Civil Protection Support Missions.*

**Keywords:** *National Security, Resilience, Portuguese Air Force, Civil Protection, Double Use.*



**Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

**ANPC** – Autoridade Nacional de Proteção Civil

**APA** – Agência de Proteção do Ambiente

**AR** – Assembleia da República

**CEDN** – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

**CEM** – Conceito Estratégico Militar

**CEMFA** – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

**CEMGFA** – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

**CSDN** – Conselho Superior de Defesa Nacional

**CTSFA** - Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea

**CM** – Conselho de Ministros

**CMA** – Centro de Meios Aéreos

**COR** – Coronel

**CPOS-FA** – Curso de Promoção a Oficial Superior - Força Aérea

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**DECIF** - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais

**DI** – Direção de Infraestruturas

**DIMRAD** – Detecção, Identificação e Monitorização Radiológica

**DIVOPS** – Divisão de Operações do Estado-Maior da Força Aérea

**DON2** - Diretiva Operacional Nacional n.º 2

**DON3** - Diretiva Operacional Nacional n.º 3

**EMFA** – Estado-Maior da Força Aérea

**EMGFA** – Estado-Maior-General das Forças Armadas

**EPN** – *European Patrol Network*

**FA** – Força Aérea Portuguesa

**FFAA** – Forças Armadas Portuguesas

**FRONTEX** - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia

**HV** – Hora de Voo

**IESM** – Instituto de Estudos Superiores Militares

**ICNF** – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

**IUM** – Instituto Universitário Militar

**LDN** - Lei de Defesa Nacional



**LOBOFA** - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

**LOFA** – Lei Orgânica da Força Aérea

**MAJ** – Major

**MNE** – Ministério dos Negócios Estrangeiros

**MR** – Máquinas de Rasto

**NATO** – *North Atlantic Treaty Organization*

**NRBQ** – Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico

**OPSAS** – Operadores de Assistência e Socorro

**PSI** – *Protective Security Initiative*

**QC** – Questão Central

**QD** – Questão Derivada

**RASI** - Relatório Anual de Segurança Interna

**SIFICAP** – Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca

**SMOR** – Sargento-mor

**TGEN** – Tenente-general

**TII** – Trabalho de Investigação Individual

**UAV** - *Unmanned Aerial Vehicle*

**ZRRINT** – Zonas de Receção de Reforços Internacionais



## **Introdução**

A Constituição da República Portuguesa (CRP) no n.º 1 do art.º 27.º determina que “todos têm direito à liberdade e à segurança” (AR, 2005) e, sendo a sua garantia um pilar fundamental do Estado (Feiteira, 2016, p. 283), deverá ser reconhecida através do desenvolvimento de estratégias e capacidades.

Decorrente do contexto da globalização, onde a imprevisibilidade e a incapacidade de controlo são os principais vetores das sociedades contemporâneas (Duarte, 2015, p. 451), inclui-se a atividade da proteção civil como um instrumento determinante na salvaguarda de pessoas e bens e, por conseguinte, para a garantia da segurança nacional.

A CRP na alínea d) do art.º 9.º, determina, entre outras, como tarefas fundamentais do Estado “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses” (AR, 2005). Por conseguinte, e porque o bem-estar das populações representa um pilar fundamental do Estado, os objetivos da Proteção Civil, consubstanciados em prevenir, atenuar e socorrer riscos e apoiar a reposição da normalidade (AR, 2006, n.º1, art.º 4º), ganham relevo na medida em que contribuem diretamente quer para esse objetivo quer para a edificação da resiliência.

A Força Aérea Portuguesa (FA) é por inerência um agente de Proteção Civil (AR, 2006, alínea c) do n.º1, art.º 46º); no entanto, a forma abstrata como o cidadão entende a sua participação nesta tipologia de missões, obriga a uma mudança de paradigma. Nesse sentido, é imperativo o estudo sobre a Participação da Força Aérea Portuguesa em Missões de Interesse Público, constituindo-se desta forma o nosso objeto de estudo.

No contexto espacial e sobre o seu elemento funcional, este estudo restringe-se à avaliação das participações da FA ocorridas em Portugal continental, no âmbito da cooperação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Relativamente ao tempo cronológico, o estudo compreende o período entre 2012 a 2016, sobre o qual os eventos ocorridos atingiram maior gravidade e amplitude.

Inserido no tema das missões de interesse público, o objetivo geral desta investigação é avaliar a eficiência dos meios empregues na prossecução das missões de apoio a ações de Proteção Civil. Este objetivo tem como tarefa o desenvolvimento de uma teoria que permita uma visão periférica sobre a eficiência da FA na edificação da segurança nacional e da resiliência. Por sua vez, os objetivos específicos deste Trabalho de Investigação Individual (TII), e que são inerentemente intrínsecos ao objetivo geral, consistem em:

- identificar as ameaças e riscos;



- enunciar os objetivos estratégicos para a diminuição do ambiente de risco e a garantia da resiliência;
- identificar a FA como ator para a consecução desses objetivos estratégicos;
- identificar os meios da FA empregues nas missões de apoio a ações da ANPC;
- avaliar a eficiência dos meios da FA empregues nas missões de apoio a ações da ANPC.

Tendo em vista a avaliação de factos, a investigação assenta na seguinte questão central (QC): A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da participação em missões de apoio a ações da ANPC?

Para dar resposta a este propósito colocam-se as seguintes questões derivadas (QD):

- QD1: A FA tem responsabilidades no domínio da Segurança Nacional?
- QD2: A FA intervém na garantia da Segurança Humana?
- QD3: A FA é um meio eficiente no apoio à ANPC?

A investigação adota um raciocínio indutivo tendo por base uma estratégia qualitativa. Por sua vez, o desenho da pesquisa é suportado no estudo de caso no qual os instrumentos de recolha de dados consubstanciam-se na análise documental, preferindo-se as fontes primárias e abertas, e em entrevistas.

No que concerne à apresentação dos factos, a organização deste trabalho divide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se os móbiles da investigação procedendo-se à revisão da literatura, à apresentação do modelo de análise, ao enquadramento metodológico e às técnicas de recolha e tratamento de dados. Neste capítulo é efetuada uma síntese conclusiva na qual se pretende destacar a importância do tema, o contributo esperado e a quem vai servir.

O segundo capítulo apresenta os riscos e ameaças globais e a sua afetação ao contexto nacional, assim como identifica o quadro legal e normativo existente que valida uma consciência estratégica. Neste capítulo é efetuada uma síntese conclusiva na qual se pretende dar resposta à QD1.

Por sua vez, o terceiro capítulo visa identificar a forma como a FA contribui, através do duplo uso das suas capacidades, no desenvolvimento do bem-estar das populações e, consequentemente, na garantia da resiliência nacional. Essa contribuição é demonstrada através da identificação das missões de interesse público que efetua e qual o seu compromisso operacional. O capítulo é finalizado com uma síntese na qual se pretende dar resposta à QD2.



No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos relativos ao estudo de caso. Nesse sentido, é efetuada a análise qualitativa das entrevistas realizadas nos quadros da FA, assim como na Proteção Civil. Decorrente dos resultados obtidos, é apresentada uma teoria. Da avaliação das entrevistas e da teoria formalizada, o capítulo pretende dar resposta à QD3 e à QC.

A conclusão, e o último capítulo do trabalho, efetua o sumário das linhas do procedimento metodológico adotado, assim como a validação dos resultados obtidos relativamente aos objetivos geral e específicos propostos, reforçando as respostas às questões central e derivadas. Neste capítulo demonstra-se ainda o contributo da investigação para o conhecimento, assim como se propõem linhas de investigações futuras.



## 1. Metodologia e Procedimentos

“Uma pergunta elementar é uma pergunta que atinge o magma mais profundo da nossa perplexidade individual e coletiva com a transparência técnica de uma fisga. Foram assim as perguntas de Rosseau; terão de ser assim as nossas”.  
(Santos, 2010, p. 8)

### 1.1. Estudo do Tema e Revisão da Literatura

A presente investigação pretende dar resposta à recomendação inserida na dissertação de mestrado do tenente piloto aviador João Franco que instiga estudos que permitam “sensibilizar os militares da FAP e a população em geral, de forma a aumentar a consciência das áreas de atuação da FAP, do seu produto e do contributo que cada um tem para a obtenção do mesmo” (2014a, p. 61). O autor conclui no âmbito da sua investigação que “o produto da Força Aérea estende-se para além do simples cumprimento da sua missão operacional; existem mais atividades e processos, (...) e não existe uma *Organizational Self-Awareness*” (2014a, p. 60). Nesse sentido, pretende-se desenvolver uma consciência organizacional efetiva sobre a influência da FA nos ativos intangíveis nacionais nos domínios da segurança, proteção e confiança.

A pertinência e importância do projeto de investigação em apreço também se sustenta em estudos no âmbito das ciências militares. Assim, para o estudo sobre a segurança e as FFAA apresentam-se os trabalhos “A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Séc. XXI” (Reboredo, 2010) e “O conceito de segurança alargada e o seu impacto nas missões e organização das Forças Armadas” (Viana, 2003). No que diz respeito à Proteção Civil e às FFAA destacam-se os trabalhos “O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na resposta a situações de Crise decorrentes de catástrofe ou Calamidade Pública” (Henriques, 2009), “As Forças Armadas e a Proteção Civil no âmbito Nacional e Regional” (Ramalhete, 2010) e “O Exército Português nas Operações de Apoio Civil” (Mateus, 2014). Relativamente ao duplo uso dos meios militares destaca-se o trabalho “Forças Armadas: Recursos Logísticos de Interesse Dual” (Jorge Rainha, 2013).

Esta investigação visa igualmente responder ao preconizado no CEDN que pretende fomentar junto dos cidadãos o conhecimento e a utilidade da organização militar (CM,



2013). Nesse sentido, demonstrar o emprego das capacidades da FA em missões de apoio à ANPC é corroborar a sua utilidade, fora do tradicional paradigma puramente belicista.

### 1.2. Modelo de Análise

Os conceitos-chave que sustentam o modelo de análise sobre o objeto de estudo são a segurança nacional, a resiliência nacional e o duplo uso. Pese embora o facto de se enunciarem os conceitos estruturantes, apresenta-se um glossário de termos no anexo A para a compreensão dos conceitos conexos.

Pela sua complexidade, interação e interdependência, os conceitos vão sendo explorados ao longo da investigação para uma articulação entre a contextualização e a validação das variáveis definidas. Tendo em vista um entendimento holístico sobre os conceitos, dimensões de análise e variáveis subjacentes remete-se para consulta do modelo de análise o apêndice A.

### 1.3. Estratégia e Desenho de Investigação

O posicionamento face ao objeto de estudo é diferente no que respeita à sua dimensão ontológica e epistemológica. No segundo e terceiro capítulos verifica-se a posição ontológica construtivista na medida em que a dinâmica associada às questões e fenómenos sociais, como são as questões relativas à segurança, à *safety* e à FA como ator, prendem-se, tal como Bryman preconiza, com as interações entre os atores sociais e entre estes e a envolvente (Bryman, 2012 cit. por IESM, 2016, p. 18). A identificação do quadro legal e normativo permite verificar que estão sujeitas a esta dinâmica visto que “vivem num certo meio social sobre o qual se modelam e cujas particularidades se adaptam” (Cunha, s.d., cit. por Gouveia, 2012, p. 82). Por sua vez, a análise efetuada no capítulo quatro é sustentada pela posição epistemológica interpretativista adotada na medida em que a análise das entrevistas depende inevitavelmente da subjetividade do investigador (Morgan e Smircich, 1980, cit. por IESM, 2016, p. 20), com o objetivo de compreender o fenómeno de estudo em toda a sua dimensão.

O tipo de raciocínio adotado é o indutivo, no qual se estudam factos que, devidamente articulados entre si, permitem dar resposta às questões formuladas e à construção de uma teoria.

De forma a restringir os possíveis âmbitos de análise, o desenho de pesquisa é o estudo de caso. Segundo Bell (1997, pp. 23-24) este tipo de desenho revela-se pertinente na medida em que permite ao investigador avaliar uma organização em particular, destacando as suas características únicas e específicas, expor o modo como se articula com



o ambiente onde se insere, e permitir a construção de uma teoria. Desta forma, o estudo circunscreve-se à FA e à sua participação junto da ANPC, no território continental Português. Por sua vez, a pretensão do investigador na construção de uma teoria sustenta-se em Flick (2005, pp. 238-239) que defende que a sua construção obedece a critérios como os da confirmabilidade, auditabilidade, autenticidade e utilização.

Relativamente à estratégia de investigação opta-se por uma abordagem qualitativa sendo os instrumentos privilegiados a análise documental e a entrevista. Moreira (1994, p. 102) afirma que, apesar da recolha de dados se alicerçar em dimensões qualitativas, não significa que se deva evitar elementos quantitativos, pelo que a inclusão de dados descritivos e quantitativos resulta como suporte aos fundamentos qualitativos. Esta investigação corrobora esta posição pelo que nos capítulos três e quatro se materializa quantitativamente a participação da FA.

#### **1.4. Recolha, Análise e Tratamento de dados**

A recolha de dados consubstancia-se na análise documental e em entrevistas. Sobre a análise documental é dada total preferência às fontes primárias e abertas, de cariz nacional, para que os resultados da investigação possam ser consultados, sem restrições, por todos os destinatários. Para as entrevistas efetuadas identificam-se os entrevistados e respetivo guião no apêndice B. Os militares entrevistados foram escolhidos de entre a pertinência do cargo que desempenham ou pela experiência adquirida e a tipologia de entrevista é a semi-estruturada, sendo que o seu conteúdo está reproduzido no apêndice C.

No que respeita a análise dos dados e tendo em conta a abordagem qualitativa, Moreira (1994, pp. 101-103) perspetiva que se impõe uma atitude diferenciada por parte do investigador na medida em que exige flexibilidade e envolvimento na forma como estabelece as relações sobre os eventos em análise. Assim, e embora fazendo parte dos quadros da FA, a perspetiva do investigador foi manter o denominador da investigação focado na aferição da eficiência dos meios da FA nas missões em estudo.

O tratamento de dados obtidos das entrevistas teve como referência os eixos definidos para sua estrutura. O objetivo do investigador é identificar a convergência e divergência das opiniões face aos factos quantitativos apurados e extrair conclusões.

#### **1.5. Síntese Conclusiva**

Investigar a eficiência da FA em missões de apoio a ações à ANPC é de extrema importância na medida em que preenche o presente vazio académico.



Para além disso, permite consciencializar o cidadão sobre as missões que desempenha para além do paradigma belicista dando resposta ao preconizado pelo CEDN e desenvolve uma sensibilização na FA sobre o seu produto respondendo à recomendação da dissertação de mestrado enunciada.



## **2. Da consciência nacional sobre a Segurança e a *Safety***

“Incapaz de gerir bem a inédita complexidade da presente globalização, este novo século começou mal, carregando já nestes primeiros anos um cortejo de indiscrimináveis violências, situações de terror múltiplo e geograficamente disperso, crises económicas e financeiras demolidoras e um desejável progresso social com preocupantes efeitos numa grande descredibilização da ação política”.

(Sampaio, 2016)

### **2.1. A garantia da Segurança Nacional no atual contexto estratégico**

O atual contexto estratégico caracteriza-se objetivamente pela incerteza, volatilidade, complexidade e ambiguidade. A perceção sobre o mundo atual permite problematizar sobre o conceito de segurança nacional, sendo que para a sua definição é imprescindível considerar: o sujeito protegido, os bens a proteger, a intensidade da perturbação realizada e as estruturas e os meios que a asseguram (Gouveia, 2015a, p.134). Estes critérios validam-se no conceito do Instituto de Defesa Nacional que menciona que trata da “condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em paz e em liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas” (Carvalho, 2009, p. 16).

### **2.2. A desterritorialização dos riscos e ameaças**

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) refere que o atual contexto resulta de acontecimentos inesperados como a crise económico-financeira e a emergência de novos atores. O mesmo documento identifica como riscos e ameaças à segurança global as seguintes variáveis: o terrorismo transnacional, a pirataria, a criminalidade transnacional, a proliferação de armas de destruição massiva, a multiplicação de Estados frágeis e de guerras civis, os conflitos regionais, o ciberterrorismo e a cibercriminalidade, a disputa por recursos naturais escassos, os desastres naturais e a mudança climática.

Para o contexto nacional, o documento identifica os mesmos riscos de natureza global sendo que relativamente aos riscos e ameaças de natureza ambiental, menciona que se deverá melhorar a capacidade de prevenção, adaptação e resposta rápida (CM, 2013).



Sendo a dimensão do alcance sobre os riscos e ameaças reconhecidamente global, repercutindo-se inevitavelmente no contexto português, pode-se afirmar que se está perante uma desterritorialização das ameaças (Garcia, 2015, p. 100). É sobre este alcance global dos riscos e ameaças que se levanta a questão relativa a quem são cometidas as responsabilidades na garantia da Segurança Nacional. O General Garcia Leandro defende que “a segurança já não é um dado adquirido em nenhuma parte do globo e deve ser trabalhada e garantida por todos, todos os dias, a Defesa já não pode ser isolada, ela é apenas uma parte da Grande Segurança que a todos diz respeito, onde se tem de integrar de um modo muito sério a questão dos grandes desastres da natureza” (2007, p. 12).

Relativamente à questão para que serve a defesa, o General Loureiro dos Santos menciona que “o papel das Forças Armadas não se limita à defesa militar do Estado face a ameaças que perfilam contra ele, normalmente no quadro de alianças militares de que participe. Elas constituem também a garantia última da autoridade do Estado, assegurando o funcionamento das instituições democráticas (...) e apoiam e reforçam os serviços de Proteção Civil em situações de emergência (...) para os quais são especialmente preparadas e treinadas” (2016, pp. 157-158).

### 2.3. A *safety* como parcela da Segurança

Pedro Clemente (2015, p. 95) define de forma abrangente a segurança como a tranquilidade resultante da ausência de perigo. O autor ressalva ainda a importância de distinguir os conceitos de segurança e *safety*. Por um lado, o autor menciona que a segurança tem correspondência do termo inglês *security* que significa “*freedom from fear*” (Gouveia, 2013 cit. por Clemente, 2015, p. 95); enquanto o conceito *safety* está relacionado com as ações de proteção civil, contra calamidades, naturais ou provocadas pela ação humana. No entanto, apesar desta diferenciação de conceitos, é comumente aceite que hoje a segurança nacional é o somatório da *security* e da *safety* pois o seu objetivo é garantir a total integridade de pessoas e bens.

### 2.4. Identificação das disposições legais e normativas

A garantia da segurança e do bem-estar das pessoas deverá ser sustentada através de uma consciência nacional e estratégica refletindo-se através de um quadro legal e normativo que tipifique as responsabilidades institucionais do Estado e dos seus instrumentos.



#### 2.4.1. CRP

De acordo com a CRP no n.º 2 do art.º 273.º, a política de defesa nacional tem por objetivos garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas” (AR, 2005); ao mesmo tempo que estabelece, no n.º 6 do art.º 275.º, que “as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de Proteção Civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2005).

#### 2.4.2. LDN

A Lei de Defesa Nacional (LDN), na alínea b) do art.º 5.º, estabelece como objetivo permanente da política de defesa nacional assegurar “a segurança das populações, bem como os seus bens e a proteção do património nacional” (AR, 2009a).

Esta LDN define ainda, na alínea f), do n.º 1, do seu art.º 24.º, que as Forças Armadas Portuguesas (FFAA) “podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar em missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2009a).

#### 2.4.3. LOBOFA

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) define na alínea f), do n.º 1, do seu art.º 4.º, que compete às FFAA “colaborar em missões de Proteção Civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (AR, 2009b).

#### 2.4.4. CEDN

O CEDN faz referências sobre o empenhamento das FFAA em missões de apoio à Proteção Civil, sustentando a sua análise em três vetores: a unidade estratégica, a coordenação e a utilização racional e eficiente de recursos.

Nesse sentido, o documento menciona que “o impacto devastador das catástrofes naturais ou provocadas e das calamidades dão relevo ao Sistema de Proteção Civil e às seguintes linhas de ação estratégica: reforçar o Sistema de Proteção Civil, intensificando o aproveitamento de sinergias operacionais entre as entidades responsáveis pelas áreas da segurança interna, justiça e defesa nacional e a administração local, para melhorar a eficiência e a eficácia do sistema (...) e aprofundar a ligação e capacidade de resposta das Forças Armadas com a rede de entidades responsáveis em situações de catástrofe e calamidade” (CM, 2013).



#### 2.4.5. CEM

O Conceito Estratégico Militar (CEM) tem por finalidade “orientar a constituição de um instrumento militar que permita dar resposta às necessidades, (...), onde se incluem as solicitações de natureza coletiva e cooperativa” (CSDN, 2014). Para esta resposta foram efetuados cenários indispensáveis para a tomada de decisão. Assim, foi desenvolvido um cenário que permitisse dar resposta ao apoio ao desenvolvimento e bem-estar sendo que a respetiva palavra-chave no que concerne às capacidades militares é a disponibilidade. As ações de cooperação nas atividades de proteção civil e o apoio à satisfação das necessidades básicas da população estão previstas, identificando-se as seguintes: preparar, aprontar e disponibilizar meios militares para colaborar, com as autoridades de proteção civil e outras instituições do Estado, no esforço integrado de apoio à proteção e salvaguarda de pessoas e bens, em ações de proteção NBQR, de vigilância e combate a incêndios, de apoio geral de engenharia militar, e de apoio em caso de catástrofe natural, entre outros. (CSDN, 2014).

#### 2.4.6. Lei Bases de Proteção Civil

Segundo o n.º 1 do art.º 1.º da Lei de Bases de Proteção Civil, a Proteção Civil é “a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram” (AR, 2006). A mesma lei refere no seu art.º 46º que as FFAA são agentes de proteção civil.

### 2.5. Síntese Conclusiva

A natureza dos riscos e ameaças desterritorializou-se pelo que a dinâmica global afeta indubitavelmente o contexto nacional. Do reconhecimento que estes riscos e ameaças têm natureza diversa, é manifestamente necessário perceber se existe uma consciência estratégica para colmatar os seus efeitos. Da identificação de um quadro legal e normativo extenso e explícito sobre a participação das FFAA na garantia da segurança, permitem aferir dois resultados: existe a consciência estratégica e que, por inerência, a FA é um instrumento para o alcance dos objetivos teleológicos do Estado: a garantia da segurança e do bem-estar das populações.

Neste sentido e para dar resposta à QD1 “A FA tem responsabilidades no domínio da segurança nacional?” conclui-se, através da validação integral das variáveis consideradas, que há uma consciência estratégica efetiva do Estado sobre a importância das capacidades



militares, onde se inclui a FA, para a consecução da segurança nacional, nomeadamente em missões de interesse público, nomeadamente as de apoio a ações de proteção civil. Desta forma, a FA tem inegavelmente responsabilidades no domínio da segurança.



### **3. A Força Aérea Portuguesa no domínio do Interesse Público**

“A segurança está na base da construção da condição humana, é a infraestrutura civilizacional, e reveste-se da maior importância para o desenvolvimento de todos os seres humanos e de todas as sociedades”.

(Pinto, 2015, p. 216)

#### **3.1. A Segurança Humana e a Proteção Civil**

A segurança político-estadual ganhou relevo após a Segunda Guerra Mundial com a ratificação dos objetivos constantes na Carta das Nações Unidas. Por sua vez, a partir de 1994, e sustentado pelo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o paradigma relativo à conceção da segurança internacional adota uma perspetiva reflexiva destacando-se a segurança humana. Desta forma, a segurança humana ganhou relevo para a sociedade civil pois a garantia do seu bem-estar e segurança assume-se numa tipologia de dimensões tão diversas como a segurança económica, a segurança alimentar, a sanitária, a ambiental, a pessoal, a comunitária, entre outras (Gouveia, 2015b, pp. 420-421).

A segurança humana pressupõe a proteção das liberdades vitais das pessoas expostas às ameaças e riscos, de modo a que possam criar sistemas com condições para garantir a sua sobrevivência, dignidade e meios de vida. A Segurança Humana tem duplo sentido; por um lado, relaciona-se com a ordem pública e a garantia do cumprimento das leis; por outro, da sua relação com o seu contexto social e natural. A Segurança Humana apela “não só à proteção, como também à prevenção e à habilitação das pessoas para valerem-se a si mesmas em situações de vulnerabilidade” (Amaro, 2008, p. 85).

A questão relativa às pessoas terem de se “valer por si mesmas” remete para a problemática sobre a garantia da resiliência. Sabendo que a resiliência é um “processo através do qual as pessoas enfrentam ou superam crises e adversidades, ou seja, a capacidade de defesa e recuperação de uma pessoa perante fatores ou condições adversas” (Werner & Smith, 1982 cit. por Magalhães & Faria, 2014, p. 163), de que forma o Estado garante essa resiliência? A resposta encontra-se na Proteção Civil.

A Proteção Civil é uma atividade multidisciplinar, cujo foco reside na prevenção, socorro e reabilitação de acidentes graves e/ou catástrofes, e cujas responsabilidades de



atuação são transversais a todos os atores da sociedade: entidades estatais, não estatais até ao cidadão propriamente dito.

### 3.2. Do duplo uso das capacidades militares

A atual sociedade vive consciente das ameaças e dos riscos tendo a clara perceção de que a segurança é hoje um pilar fundamental das suas vidas. Os atos terroristas, as catástrofes e desastres naturais e as crises económicas caracterizam a sociedade de hoje como volátil, não linear, onde a mudança contínua é um imperativo. Estes acontecimentos de natureza diversa têm um alcance global sendo que é necessário dar resposta às questões “como fazer?”, “para quê?”, “contra quê?”, “como?” e “com que meios?” (Viana, 2014, p. 369). Neste “século sem bússola” (Moreira, 2014, p. 339), o Estado tem de se organizar, definir um objetivo a alcançar assim como uma estratégia.

O professor Proença Garcia entende que “a estratégia, que é antecipatória e pró-ativa, na sua essência e em sentido lato, consistindo na escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objetivo com os meios (de *hard* e *soft power*) disponíveis, procurando no jogo dialético minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças” (Garcia, 2010). Qual a estratégia nacional tendo em conta os constrangimentos económicos internacionais e nacionais? Efetivamente deu-se uma mudança de paradigma sobre o uso dos meios militares na sociedade civil, a que o Estado não foi indiferente. Embora que o conceito admitido, o duplo uso, tenha sido um conceito inicialmente assumido pela Marinha Portuguesa, o CEDN formalizou a sua adoção incluindo-o na sua estratégia com o objetivo da utilização racional e eficiente dos recursos. Assim, o duplo uso não é mais do que “o emprego dos meios das FFAA no serviço público militar e no serviço público não militar, compatibilizando, em conformidade com o ordenamento constitucional e legal em vigor, o cumprimento das tarefas de serviço público militar com as tarefas de serviço público não militar, potenciando sinergias, assentes na racionalização e complementaridade dos meios e da sua logística” (Palma, 2011).

O CEDN define expressamente que as capacidades militares estão igualmente ao serviço da proteção civil e, por consequente, da garantia do bem-estar das populações na modalidade de duplo uso.

### 3.3. A Força Aérea como agente de atuação efetiva para os Objetivos Estratégicos

No que concerne às missões atribuídas à FA pode-se concluir que estão intrinsecamente associadas aos objetivos nacionais. A Lei Orgânica da FA (CM, 2014)



define nos seus art.º 1º e art.º 2º que a missão principal da Força Aérea trata de “participar de forma integrada na defesa militar da república, nos termos da Constituição e da lei” assim como, de entre outras, “colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”.

O CEDN destaca como objetivos nacionais permanentes a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do territorial e os valores fundamentais da ordem constitucional, assim como a liberdade e a segurança das populações, entre outros. Dos objetivos conjunturais, o mesmo documento destaca a necessidade para a racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas, destacando-se portanto a pertinência do duplo uso.

Do exposto, as missões primárias atribuídas à FA associados aos objetivos nacionais permanentes e conjunturais, consolidam duas questões: a uma relativa ao duplo uso dos meios militares ao serviço do interesse público; a outra respeitante à garantia da segurança humana como fator de primeira ordem.

### 3.3.1. Características do Poder Aéreo

Para verificar as características e capacidades que o poder aéreo possui para o sucesso destas missões, considera-se o Relatório Anual de Atividades de 2015 (EMFA, 2016b, nota de abertura) no qual o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) menciona que “os desafios atuais, ao nível da Segurança e da Defesa, são caracterizados pela sua globalidade, imprevisibilidade e assimetria. O Poder Aéreo, enquanto fator contributivo para o Poder Nacional, é por si só um meio de excelência na consecução dos objetivos estratégicos nacionais; as suas características, tais como a flexibilidade, o alcance e a velocidade tornam as Forças Aéreas modernas, um dos mais importantes instrumentos da Estratégia de uma Nação. De igual modo, a aplicação do Poder Aéreo nas várias missões de interesse público, tem ainda garantido um serviço público ímpar e insubstituível no apoio às populações e na salvaguarda da Segurança Humana”.

Deste modo, e para os meios aéreos em geral, destacam-se como características e capacidades a velocidade, o alcance, a flexibilidade, o poder de manobra, a prontidão e a mobilidade (NATO, 2016).

### 3.3.2. Tipologia de Missões Institucionalizadas

A missão primária da FA trata de cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional,



assim como desempenha outras missões que se denominam de interesse público, na ótica do duplo uso. As referidas missões são:

- apoio ao Serviço Nacional de Proteção Civil;
- apoio à satisfação das necessidades básicas das populações;
- a fiscalização da Zona Económica Exclusiva;
- a busca e salvamento;
- a proteção do ambiente;
- a defesa do património natural e a prevenção de incêndios;
- a pesquisa dos recursos naturais e a investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho (CM, 2013).

### 3.3.3. As missões de Interesse Público efetuadas pela Força Aérea

Para as missões de interesse público enunciadas é relevante identificar as que são efetuadas pela FA através da identificação dos meios aéreos empenhados e horas de voo, dentro do espetro temporal que a investigação admite, conforme o apêndice D representa.

Deste modo as missões efetuadas são as que envolvem o combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes (em estrita colaboração com a Polícia Judiciária), a vigilância marítima (no âmbito da imigração ilegal), a monitorização e controlo do espaço marítimo (em colaboração com a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos no âmbito do projeto Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca - SIFICAP), controlo e combate à poluição, busca e salvamento, transporte de órgãos, evacuações sanitárias, evacuações a navios e à colaboração com a ANPC.

Embora não tendo sido apresentados no apêndice D, consideram-se empenhamento das equipas cinotécnicas com treinos e cursos ministrados à Polícia de Segurança Pública, à Guarda Nacional Republicana e aos Serviços Prisionais e o apoio inquestionável aos Serviços Regionais de Proteção Civil dos Açores e Madeira.

### 3.4. Síntese Conclusiva

A relação entre a sociedade e a FA releva uma perspetiva sistémica e sistemática, onde a adaptação das suas estruturas às necessidades fora do âmbito da defesa militar é, simultaneamente, um imperativo e uma constante associados aos objetivos nacionais. A visão holística proporcionada pela pesquisa bibliográfica, pelas características do poder aéreo que permitem uma resposta *multi-task*, ágil e rápida, assim como pelos indicadores



quantitativos, validam o contributo efetivo da FA no apoio ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

O valor da garantia da segurança humana é inquestionável pela consciência global e transversal do risco e das ameaças. Esta consciência obriga ao desenvolvimento de capacidades no sentido de garantir e ultrapassar eventos fraturantes de natureza diversa. Para a aferição da intervenção da FA, definiram-se como objetivos específicos de análise os objetivos estratégicos para a diminuição do ambiente de risco e a garantia da resiliência, assim como identificar a FA como ator para a consecução desses objetivos. Para os primeiros, valida-se o duplo uso das suas capacidades, para o segundo a demonstração qualitativa das missões efetuadas pela FA.

Neste sentido, para a resposta à QD2 “A FA intervém na garantia da Segurança Humana?” conclui-se, através da validação integral das variáveis consideradas, que a FA desenvolve um conjunto de missões de interesse público em áreas tão distintas como o combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes, a vigilância marítima, a monitorização e controlo do espaço marítimo, controlo e combate à poluição, busca e salvamento, transporte de órgãos, evacuações sanitárias, evacuações a navios e à colaboração com a ANPC, na garantia de desenvolver um sentimento de segurança e proteção, assim como garantir agilidade na resposta ao um evento crítico, de qualquer natureza.



#### **4. Estudo de Caso – A Força Aérea nas Missões de Apoio à ANPC**

“à mais pequena solicitação garantindo Portugal”.

(EMFA, 2015)

##### **4.1. Enquadramento formal**

O quadro legal nacional valida, formal e institucionalmente, a participação da FA em missões de apoio à Proteção Civil. Esta participação tem em vista a segurança humana e a capacitação da resiliência, sendo fundamental identificar as diretivas militares que as regulam. Deste modo, existem dois documentos fundamentais que sustentam a sua participação: a Diretiva Operacional n.º 4/2016 do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) (EMGFA, 2016) e a Diretiva n.º 7/2016 do CEMFA (EMFA, 2016a).

Relativamente aos modos de colaboração a Diretiva Operacional Nacional n.º 2 (DON2), relativa ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), menciona que a FA pode ser empenhada em ações de reconhecimento, de avaliação e coordenação de meios aéreos sempre que as situações o justifiquem e em função da disponibilidade e prioridade de emprego destes meios militares (ANPC, 2016).

Por sua vez, a Diretiva Operacional n.º 3 (DON3) refere que, no âmbito de incidentes Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico (NRBQ), a FA pode colaborar nas operações de proteção civil através do reconhecimento, deteção e monitorização; da recolha de amostras radiológicas e químicas; da previsão, aviso e *reporting* manual; e da descontaminação coletiva de pessoal e material (ANPC, 2010).

##### **4.2. Formas de colaboração no ciclo da Proteção Civil**

Os objetivos da Proteção Civil consubstanciam-se em prevenir, atenuar e socorrer riscos e apoiar a reposição da normalidade (AR, 2006, n.º1, art.º 4º). Para esses objetivos é comumente aceite que existem três ciclos de atuação: prevenção, socorro e reabilitação (Amaro, 2008).

###### **4.2.1. Prevenção**

A participação da FA no ciclo da prevenção decorre da sua participação em simulacros e exercícios de âmbito nacional, distrital e municipal. Neste ciclo a figura n.º 1 identifica os meios: equipas para o NRBQ e as seções de socorro das unidades da FA.



Secções de Socorro das Unidades da Fa	NRBQ - CTSEA
<ul style="list-style-type: none"><li>- Base Aérea n.º 5 (Monte-Real): um exercício em novembro de 2015 relativo a um incêndio florestal decorrente de um incidente com a aeronave F-16</li><li>- Base Aérea n.º 6 (Montijo): um exercício - em abril de 2016 relativo a um incidente com a aeronave EH-101</li><li>- Base Aérea n.º 11 (Beja): dois exercícios, um em novembro de 2013 e outro em dezembro de 2016 relativo a emergência total</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Exercício CELULEX</li><li>- Emergências Radiológicas 2012; (Exercício conjunto relacionado com fontes radioativas)</li><li>- ConvEx 2013; [ANPC + PSI (Protective Security Initiative)] (Exercício conjunto relacionado com um incidente com agentes químicos)</li><li>- Equipas DIM RAD 2016 (Equipas de Detecção, Identificação e Monitorização Radiológica); [ANPC + APA (Agência de Proteção do Ambiente)] (Exercício conjunto relacionado com fontes radioativas)</li><li>- Equipas DIM RAD 2016 – Minas de urânio, na Urgeiriça; [ANPC + APA (Agência de Proteção do Ambiente)] (Exercício conjunto relacionado com área contaminada com radioatividade)</li></ul>

Figura 1 - Participação da FA em Simulacros e Exercícios no âmbito da ANPC

**Fonte:** Adaptado de Simões (2017), Batista (2017) e Lavado (2017)

No âmbito do NRBQ Lavado (2017) menciona que a FA é “fundamental para a construção da capacidade nacional pois detém conhecimento e capacidades operacionais”, em estreita colaboração e coordenação com as entidades civis e em apoio total à ANPC. Para legitimar esta capacidade Simões (2017) refere que a FA detém “maturidade técnica”, sustentada no conhecimento, invariavelmente reconhecido, e que permite executar qualquer missão. Outro enfoque dado por Simões foi a “experiência relacionada com o meio aéreo, fator diferenciador relativamente a outras entidades nacionais”.

No que diz respeito à participação em simulacros através das secções de socorro das unidades da FA, Batista (2017) recorda que o “conhecimento técnico especializado no meio aéreo destas equipas é relevante para o domínio civil, sendo bastante valorizado e reconhecido”.

#### 4.2.2. Socorro

Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) de 2012 a 2016, a participação da FA é mais significativa no ciclo do socorro, designadamente no que



concerne no apoio ao DECIF, com particular incidência na fase Charlie<sup>1</sup>. Uma vez que o empenhamento no apoio ao combate a incêndios prende-se, como menciona Lavado (2017), indissociavelmente à dimensão, impacto e severidade dos eventos ocorridos, é relevante identificar o número de ocorrências e área ardida em Portugal continental, conforme o anexo B demonstra. Neste sentido pode concluir-se inequivocamente que o pedido de colaboração é maior ou menor, consoante a gravidade das ocorrências, manifestamente visível no total de área ardida. Neste período, os anos de maior incidência de área ardida são os anos de 2012, 2013 e 2016.

Para o apoio ao combate aos incêndios, os meios disponibilizados pela FA são os meios aéreos, o fornecimento de combustível a aeronaves ao serviço da ANPC, a constituição de Centros de Meios Aéreos (CMA), a implementação de Zonas de Reforços de Receção Internacionais (ZRRINT) e máquinas de rasto (MR). Para uma visão holística sobre o empenhamento da FA, a figura n.º 2 representa quantitativamente os meios empregues no apoio à ANPC.

Tarefas	Missões de coordenação de meios aéreos, reconhecimento, vigilância, transporte aéreo de pessoal e equipamentos de combate a incêndios				Apoio às operações de Meios Aéreos	Apoio Específico	Reabastecimentos
	Allouette III	EH-101	C-295	C-130	CMA	MR	Combustível
Ano	Hora Voo				N.º Solicitações Realizadas		Litros
2012	50:17	0:00	4:67	8:67	4	2	105.625
2013	110:33	0:00	6,58	0:00	4	1	353.342
2014	0:00	0:00	0:00	0:00	1	0	1.210
2015	4:15	1:33	0:00	0:00	1	0	2.490
2016	0:00	0:00	25:58	8:92	1	2	419.085

Figura 2 - Meios da FA empregues em Missões de Apoio à ANPC (2012-2016)

Fonte: Adaptado de Lavado (2017)

<sup>1</sup> Período que decorre entre um de julho a trinta de setembro de cada ano.



#### 4.3. Avaliação da eficiência dos meios empregues

No que diz respeito à avaliação da eficiência do emprego dos meios aéreos Cruz (2017) destaca a velocidade, o alcance, o poder de manobra e a mobilidade como características e capacidades excepcionais. Estas permitem suprimir os efeitos de uma calamidade, através de uma resposta rápida e flexível, destacando ainda que os meios aéreos disponibilizados divergem consoante a natureza dos riscos e da missão necessária (reconhecimento, vigilância, transporte). Pereira (2017) reforça as características do poder aéreo face à eficiência mencionando que “a FA tem rapidez para aceder à zona afetada através da velocidade permitida pelos meios aéreos, é destacável na medida em que pode constituir uma unidade avançada de logística (apoio médico, refeições, entre outros) e capacidade para assumir o comando e controlo das operações aéreas, em situações de catástrofe, podendo coordenar todas as operações através dos seus recursos normais ou mesmo através de comunicações táticas”. Defende ainda que o conhecimento é “o melhor contributo pois a relativamente às operações aéreas, ao nível do planeamento e comando e controlo, e meios aéreos é vasta e eficiente, única no nosso país pelo que os ganhos de eficiência são totais”. Lavado (2017) por sua vez, destaca a FA pelas mesmas características reforçando a sua eficiência com o cumprimento cabal e com sucesso das missões nas quais é solicitada a colaborar. Todos os entrevistados são unânimes na defesa de que a eficiência da FA na construção da resiliência, contribui inequivocamente para a segurança nacional<sup>2</sup>.

Por sua vez, e em relação à eficiência do uso das MR, Marques (2017) defende que estas contribuem inequivocamente para a “salvaguarda e segurança do património nacional futuro, nomeadamente o humano, o económico e ambiental”. Nesse sentido, e na capacidade sobrança dos meios, Marques defende ainda que a proteção das populações assim como os seus bens são garantidos através da “criação de acessos, desmatações, limpezas, perímetros de segurança, contenção e rescaldos de incêndios florestais”.

#### 4.4. Perceção sobre a participação da FA

Sobre a perceção do contributo da FA as respostas dos entrevistados foram simultaneamente divergentes e concorrentes. Divergentes face à perspectiva da audiência a que se referiam e concorrentes pois as suas conclusões são similares.

---

<sup>2</sup> A colaboração não coloca em causa a missão primária da FA, pelo que a sua participação ocorre na sua capacidade sobrança.



Assim, no que respeita à perceção sobre a liderança, Pereira (2017) considera que hoje há maior consciência sobre a participação da FA em missões de natureza civil e de apoio ao bem-estar das populações; já no que diz respeito aos militares que desempenham funções operacionais, Cruz (2017) refere que a consciência é total sendo que a sua motivação e orgulho no desempenho dessa tipologia de missões é completa. Simões (2017) menciona que a capacidade de “compromisso, interoperabilidade, coordenação e articulação de meios” permitem que a FA seja reconhecida por todas as entidades, salientando uma perceção do exterior. Por sua vez, Marques (2017) indica que o pessoal envolvido na manobra das MR é consciente do resultado e importância da sua participação neste tipo de missões de apoio.

#### **4.5. Perspetivas para o futuro**

No que diz respeito às capacidades operacionais, as perspetivas para o futuro são otimistas. Relativamente ao empenhamento dos meios aéreos, Pereira (2017) prevê que a FA possibilite missões de vigilância e deteção de incêndios através de veículos aéreos não tripulados (UAV), que implicará menos recursos humanos e financeiros, perspetivando-se uma antecipação no processo de socorro e maior custo-benefício do uso dos meios.

Sobre as capacidades humanas há que relevar o conhecimento nos domínios do NRBQ e do combate a incêndios a aeronaves, amplamente defendidas por Simões (2017) e Batista (2017), respetivamente. Sabendo que a educação é um fator que auxilia a promoção do desenvolvimento e da resiliência, o futuro constrói-se com coesão para que se valorize e potencie as pessoas (Rosa, 2016). Nesse sentido, é consenso entre os entrevistados de que o ativo intangível que é o conhecimento pode ser reconhecido como menciona Lavado (2017) uma capacidade que a FA, face à sua dispersão geográfica, pode disponibilizar no sentido de desenvolver capacidades individuais, junto da população civil. Mais e melhor educação para o cidadão saber fazer e saber agir é fundamental sendo que Batista (2017) defende que através da especialidade Operadores de Assistência e Socorro (OPSAS), ao nível das unidades, pode contribuir para a edificação dessa capacidade individual e comunitária, com ações de sensibilização.

#### **4.6. O produto da FA como ativo intangível nacional**

As características do poder aéreo tornam a FA num instrumento cujo produto se traduz para além de dados quantitativos. Os meios da FA atingem indubitavelmente ativos intangíveis nacionais como a segurança, a proteção e a confiança através do cumprimento eficiente das missões de apoio que lhe são solicitadas, designadamente as de apoio à



ANPC. A salvaguarda da garantia da segurança (humana) verifica-se através das missões de interesse público que efetua, a resiliência desenvolve-se com a prontidão dos seus meios potenciando um sentimento de confiança da sociedade civil e o sentimento de proteção resulta da sua capacidade em intervir em todos os objetivos estratégicos nacionais, na dimensão que lhe é acometida. A validação de todos os indicadores em estudo permitem teorizar que a FA é um instrumento que valoriza o potencial estratégico nacional porquanto garante ativos fundamentais num Estado de direito democrático.

#### 4.7. Síntese Conclusiva

O presente capítulo identifica os meios empenhados da FA em missões de apoio a ações da ANPC, assim como efetua a avaliação da sua eficiência. Os factos analisados sustentam-se pelas diretivas operacionais, pela análise qualitativa do empenhamento dos meios e pela análise das entrevistas dirigidas aos militares. Para esta análise, definiram-se como objetivos específicos a identificação dos meios da FA empregues assim como a avaliação da sua eficiência.

Neste sentido, para a resposta à QD3 “A FA é um meio eficiente no apoio à ANPC?” conclui-se, através da validação integral das variáveis consideradas, que a FA colabora com eficiência com a ANPC em áreas tão distintas como na participação de simulacros e exercícios, com o emprego de meios aéreos, na disponibilização de MR, na disponibilização de CMA e ZRRINT e do ativo intangível que é o conhecimento. Esta validação é factual e simultaneamente demonstrada pelos indicadores qualitativos e pela análise das entrevistas efetuadas.

O apoio da FA à ANPC desenvolve por um lado as capacidades de resiliência e a garantia da segurança e bem-estar das populações e, por outro, a segurança nacional como um todo. Deste modo, é possível validar positivamente a QC proposta: “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da sua participação em missões de apoio a ações da ANPC?” permitindo teorizar que a FA é um instrumento que valoriza o potencial estratégico nacional.



## Conclusões

O conceito sobre segurança nacional contempla uma visão multidisciplinar e periférica, enquadrada num determinado tempo e espaço, concretizável através de meios e instrumentos, assim como sobre fins concretos e auditáveis. Por conseguinte, a Segurança é um conceito dinâmico, mutável e adaptativo pelo que as suas premissas deverão associar-se às ameaças do seu contexto e não, em exclusivo, a situações de natureza conflitual.

As “novas” ameaças globais identificam-se no choque de perceções, na ordem económica global, na violência, assim como no clima e ambiente. Para contender estas ameaças não bastam estratégias políticas, é igualmente necessário dotar todos os atores da sociedade – coletivos e individuais - com capacidade e conhecimento para intervir quando necessário. Em democracia a garantia da segurança é o fim do Estado sendo que o poder da cidadania exige a sua materialização; no entanto, a forma como o cidadão entende a segurança nacional como um conceito abstrato obriga a uma mudança de paradigma. Estudar as Ciências Militares do século XXI não poderá ser sob a perspetiva da longa duração histórica mas sim, por oposição, sob o ângulo de uma lente que permita uma visão periférica e ao minuto pois o futuro é hoje.

A Proteção Civil é a atividade responsável pela prevenção, o socorro e a reabilitação, através da qual, todos os atores colaboram e cooperam entre si tendo, por conseguinte, um papel fundamental para a redução dos efeitos das ameaças e riscos. No contexto Português, as atividades de Proteção Civil, avocadas aos seus intervenientes, são determinantes para a construção da resiliência individual e comunitária.

Porquanto que existe um quadro legal e normativo vincado sobre a participação das FFAA em matérias de interesse público, pode concluir-se que há uma consciência estratégica sobre a relevância do uso dos meios militares ao serviço da garantia da segurança e bem-estar das populações. Esta consciência permite legitimar a importância da FA para a pertinência do comprometimento das suas capacidades ao serviço da resiliência.

É desta relação entre a sociedade civil e as entidades institucionais que a compõem, da adaptação das suas estruturas ao contexto económico e social, que derivou a nossa posição ontológica construtivista. Esta relação interage dinamicamente sob uma perspetiva sistémica e sistemática, e onde a adaptação às novas estruturas é, simultaneamente, um imperativo e uma constante. Na medida em que o conceito de segurança é dinâmico, assim como a FA como agente institucional também se adapta às novas realidades sociais, é relevante o entendimento sobre a sua participação na garantia da mesma.



Para dar resposta à QC “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da participação em missões de apoio à ANPC?” foram desenvolvidas três QD que foram analisadas nos diversos capítulos do corpo do trabalho.

No primeiro capítulo demonstrou-se que a investigação foi edificada sob a égide das ciências militares tendo por base um raciocínio indutivo, com vista à formulação de uma teoria. Para o efeito, observaram-se factos particulares através de uma estratégia qualitativa baseada em análises interpretativas, privilegiando-se o estudo de caso cujos dados recolhidos consubstanciaram-se na análise documental e em entrevistas.

No segundo capítulo tratou-se sobre o conceito de segurança na medida em que os acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e económicos dos últimos dezasseis anos transformaram a diplomacia, a política e a sociedade, tornando-os dinâmicos. A sociedade atual caracteriza-se pelo alcance global dos riscos e ameaças que são de origem diversa: da natureza, do homem ou de ambos. Por conseguinte, a garantia da segurança tornou-se um dos objetivos teleológicos do Estado. Este capítulo explorou um objetivo específico que tratava de identificar as ameaças e riscos, sendo que permitiu compreender a efetiva consciência nacional através dos respetivos instrumentos legais. Neste sentido, e sob a ótica da *safety*, o capítulo um permitiu dar resposta à QD1 “A FA tem responsabilidades no domínio da segurança nacional?” visto que foram validadas todas as variáveis designadamente as respeitantes à identificação dos riscos e ameaças, e da implícita e consequente necessidade dirimir as suas consequências, e da identificação do quadro legal e normativo. Do exposto, conclui-se que a FA tem inegavelmente responsabilidades no domínio da segurança visto que a sua missão também passa pela garantia do bem-estar da população através da afetação imposta pela consciência estratégica nacional dos seus meios em missões de apoio a ações da Proteção Civil.

Por sua vez, no terceiro capítulo, demonstrou-se que o cumprimento de missões de interesse público pela FA contribuem para o desenvolvimento e garantia da resiliência nacional na medida em que possibilita ao cidadão a recuperação de um estado de fragilidade para um estado de rotina, através da utilização dos seus meios. Este capítulo explorou dois objetivos específicos: o primeiro tratou de enunciar quais os objetivos estratégicos para a diminuição do ambiente de risco e a garantia da resiliência; o segundo tratou de identificar a FA como ator para a consecução desses objetivos estratégicos. Para o primeiro verificou-se que o desiderato passa pelo desenvolvimento de capacidades integradas, para o segundo a identificação das missões de interesse público executadas pela



FA. Neste sentido, o capítulo dois permitiu dar resposta à QD2 “A FA intervém na garantia da Segurança Humana?” pois concluiu-se, através da validação integral das variáveis em estudo e dos objetivos específicos enunciados, que a FA desenvolve um conjunto de missões de interesse público em áreas tão distintas como o combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes, a vigilância marítima, a monitorização e controlo do espaço marítimo, controlo e combate à poluição, busca e salvamento, transporte de órgãos, evacuações sanitárias, evacuações a navios e à colaboração com a ANPC, na garantia de desenvolver um sentimento de segurança e proteção, assim como garantir agilidade na resposta ao um evento crítico, de qualquer natureza.

O quarto capítulo analisou o estudo de caso relativo à participação da FA em missões de apoio à ANPC. Este capítulo posicionou-se no objetivo principal desta investigação que tratava de avaliar a eficiência dos meios empregues na prossecução das missões de apoio à ANPC. Tratou também de dois objetivos secundários: a identificação dos meios da FA empregues nas missões de apoio à ANPC assim como a avaliação da sua eficiência. O estudo permitiu dar resposta à QD3 “A FA é um meio eficiente no apoio à ANPC?” na medida em que se concluiu que a FA colabora com eficiência com a ANPC em áreas tão distintas como na participação de simulacros e exercícios, com o emprego de meios aéreos, na disponibilização de MR, na disponibilização de CMA e ZRRINT e do ativo intangível que é o conhecimento. Esta validação é factual e simultaneamente demonstrada pelos indicadores qualitativos e pela análise das entrevistas efetuadas, que sustenta a posição epistemológica interpretativista adotada pelo investigador. Nesse âmbito, conclui-se que o seu apoio proporciona inequivocamente a mitigação dos efeitos decorrentes de eventos severos como acidentes graves, catástrofes e/ou calamidades permitindo resposta positiva à QC “A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da sua participação em missões de apoio a ações da ANPC?”.

Analisados os factos sobre a segurança humana e a *safety*, sobre as missões de interesse público como contributo para a resiliência nacional, da análise sobre o emprego dos meios da FA nas missões de apoio à ANPC, pode-se formular uma teoria. Deste modo, e considerando a dinâmica sobre a garantia da melhoria da qualidade de vida dos portugueses, a realidade deve ser vista como um sistema dinâmico cujas variáveis interdependentes como a segurança, a *safety*, a utilização racional e eficiente dos recursos, o duplo uso dos meios, o valor de cada comunidade local para o todo Nação, orientem a estratégia nacional para que a FA colabore e contribua para estes desideratos teleológicos



do Estado. Para além deste racional é ainda importante destacar dois factos: características e potencialidades dos meios aéreos, assim como o ativo humano. A velocidade e o alcance dos meios empregues assim como a motivação e orgulho dos militares pela causa humanitária, são igualmente factos de relevo que contribuem para o sucesso das missões. Por conseguinte, foi possível teorizar que os meios da FA atingem ativos intangíveis nacionais como a segurança, a proteção e a confiança através do cumprimento eficiente das missões de apoio que lhe são solicitadas, designadamente as de apoio à ANPC, pelo que o seu produto valoriza o potencial estratégico nacional.

Os contributos que este trabalho de investigação ambicionou foram o desenvolvimento de uma *organizational self-awareness* sobre os ativos intangíveis nacionais que a FA produz através da sua participação em missões de apoio à Proteção ANPC; promoção junto da comunidade académica um documento relevante que proporcione conhecimento explícito sobre os meios da FA empregues e a sua eficiência ao serviço da ANPC; desenvolver o conhecimento e a utilidade da FA como instrumento para a estratégia de segurança e defesa nacional. Com a identificação e avaliação dos meios da FA nas missões de apoio a ações de proteção civil, pode concluir-se que os contributos foram atingidos.

As recomendações sobre esta temática prendem-se com a necessária divulgação institucional, interna e externa, das missões de apoio a ações de Proteção Civil realizadas, como um ativo de interesse público. A divulgação reveste-se na forma de artigos na Revista Mais Alto, na página da Intranet e Internet do EMFA, numa clara demonstração da afetação dos meios (aéreos, materiais e humanos), assim como a sua demonstração no Anuário da FA e no Relatório Anual de Atividades, valorizando o contributo de todos.

O desenvolvimento deste trabalho foi sujeito a alguns constrangimentos no que diz respeito às fontes bibliográficas com classificação documental. Na medida em que se pretendeu manter o trabalho como fonte aberta, os documentos militares estruturantes que sustentam a participação da FA só puderam ser enunciados. No entanto, considerando as fontes abertas como o veiculado nos documentos da ANPC, foi possível definir variáveis auditáveis e quantificáveis.

Relativamente a pesquisas futuras neste domínio, há um conjunto de questões que poderão ser exploradas nomeadamente sobre a importância do comando e controlo para as operações aéreas no apoio ao combate a incêndios e qual o contributo que a FA poderia facultar; qual o contributo efetivo que a FA confere aos Serviços Regionais de Proteção



Civil dos Açores e da Madeira; que tipo de investimento deveria ser efetuado junto dos sistemas de armas da FA para participar diretamente no combate aos incêndios.

Por todos os factos expostos, conclui-se que a FA é um importante ativo na cadeia de valor para a garantia da *safety* nacional, ou seja, para a melhoria das condições de vida das populações, através da sua eficiente participação em missões de apoio a ações da ANPC, ao abrigo do lema “à mais pequena solicitação garantindo Portugal”.



## Bibliografia

- Amaro, A. D., 2008. Segurança Humana e Proteção Civil na Sociedade do Risco: A Crise do Modelo Estatocêntrico na(s) Segurança(s). *Territorium*, 15, 83-94
- Assembleia da República, 2005. *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Assembleia da República, 2006. *Lei de Bases da Proteção Civil* (Lei n.º 27/2006 de 03 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e pela lei n.º 80/2015 de 03 de agosto), Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009a. *Lei de Defesa Nacional* (Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de julho). Lisboa: Diário da República.
- Assembleia da República, 2009b. *Lei das Bases da Organização das Forças Armadas* (Lei Orgânica n.º 1-A/2009 de 7 de julho alterada pela Lei Orgânica 6/2014 de 1 de setembro). Lisboa: Diário da República.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2009. *Manual Operacional – Emprego dos Meios Aéreos em Operações de Proteção Civil*. Carnaxide: ANPC. Carnaxide: ANPC. [Em linha]. Disponível em: [www.prociv.pt](http://www.prociv.pt), [Acedido em 12 Fev. 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2010. *Diretiva Operacional Nacional n.º 3 de 2010, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico*. [Em linha]. Carnaxide: ANPC. Disponível em: [www.prociv.pt](http://www.prociv.pt), [Acedido em 12 Fev. 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2016. *Diretiva Operacional Nacional n.º 2 de 2016, relativa ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais*. Carnaxide: ANPC. [Em linha]. Disponível em: [www.prociv.pt](http://www.prociv.pt), [Acedido em 12 Fev. 2017].
- Autoridade Nacional de Proteção Civil, 2017. *Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil*. Carnaxide: ANPC. [Em linha]. Disponível em: [www.prociv.pt](http://www.prociv.pt), [Acedido em 25 Mai. 2017].
- Azinheira, F., 2014. Centro de Treino de Sobrevivência da Força Aérea, 38 anos de apoio às operações. *Revista Mais Alto*, 408, 6-13.
- Batista, L. R., 2016. OPSAS, da Génese da Especialidade à Atualidade. *Revista Mais Alto*, 419, 39-45.
- Batista, L. R., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. Lisboa (06 janeiro 2017).



- Carvalho, J. S., 2009. Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas. In: Faculdade de Letras de Lisboa, 2009. *Segurança Nacional, Serviços de Informações e as Forças Armadas*. Faculdade de Letras de Lisboa, 28 de maio de 2009. Lisboa: Revista Segurança e Defesa.
- Centenico, A. e Silva, J.F.S., 2014. Subsídios para uma análise cratológica. In: Barroso, L. M. e Escorrega, L. F., ed. 2014. *Estudos de homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM. 313-332.
- Clemente, P. J. L., 2015. *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- Cruz, A.P.D., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. Lisboa (16 janeiro 2017).
- Conselho de Ministros, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 de 5 de abril), Lisboa: Diário da República.
- Conselho de Ministros, 2014. *Lei Orgânica da Força Aérea* (Decreto-Lei n.º 187/2014 de 29 de dezembro), Lisboa: Diário da República.
- Duarte, F. P., 2015. Sociedade de Risco. In Gouveia, J. B. e Santos, S., ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. 451-453.
- Escorrega, L.C.F., 2009. A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, [em linha] 8/9 – agosto/setembro. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/499>, [Acedido em 26 Jan. 2017].
- Estado-Maior da Força Aérea, 2013. *Relatório Anual de Atividades 2012*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2014. *Relatório Anual de Atividades 2013*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2015. *Relatório Anual de Atividades 2014*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2015. *À mais pequena solicitação garantindo Portugal*. [Em Linha] Lisboa: EMFA. Disponível em: <http://www.emfa.pt/www/noticia-913>, [Acedido em 07 Jan. 2017].
- Estado-Maior da Força Aérea, 2016a. *Participação da Força Aérea em Ações de Proteção Civil - DIR 07/16*. Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2016b. *Relatório Anual de Atividades 2015*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior da Força Aérea, 2017. *Relatório Anual de Atividades 2016*, Lisboa: EMFA.
- Estado-Maior-General das Forças Armadas, 2016. *Participação das Forças Armadas em Ações de Proteção Civil - DIROP 04/16*. Lisboa: EMGFA.



- Feiteira, A., 2016. Tendências das Ameaças Globais - Ordem Jurídica Internacional e *Intelligence*. In Borges, J. V. e Rodrigues, T. F., ed. 2016. *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Lisboa: Fronteira do Caos. Cap. 13.
- Flick, U., 2013. *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, J. N., 2011. O Conceito de Segurança Nacional Perspetivado para 2030. *Boletim: Investigação, Desenvolvimento*, 11, 81-115.
- Franco, J. A., 2014a. *O produto da Força Aérea*. Tese de dissertação de Mestrado em Aeronáutica Militar, na especialidade de Piloto-Aviador. AFA.
- Franco, J. A., 2014b. O produto da Força Aérea. *Revista Científica da Academia da Força Aérea*, 4, 26-37.
- Franco, J. A., 2016. O produto da Força Aérea. *Revista Mais Alto*, 419, 27-34.
- Garcia, F. P., 2010. *Da Guerra e da Estratégia. A nova polemologia*. Lisboa: Prefácio.
- Garcia, F. P., 2015. Defesa Nacional. In Gouveia, J. B. e Santos, S., ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. 99-101.
- Gouveia, J. B., 2012. *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra: Almedina.
- Gouveia, J. B., 2015a. Direito Constitucional da Segurança. In Gouveia, J. B. e Santos, S., ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. 131-136.
- Gouveia, J. B., 2015b. Segurança Humana. In Gouveia, J. B. e Santos, S., ed. 2015. *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina. 418-422.
- Henriques, J. C. G., 2009. *O Dispositivo e as Capacidades das Forças Armadas na Resposta a Situações de Crise Decorrentes de Catástrofe ou Calamidade Pública*. (Trabalho de investigação individual do Curso de Promoção a Oficial General). IESM.
- Instituto de Estudos Superiores Militares, 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Cadernos do IESM, 8. Lisboa: IESM.
- Lavado, J. M., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. Oeiras (09 janeiro 2017).
- Leandro, J. E. G., 2007. O Estado, o Cidadão e a Segurança. Novas soluções para um novo paradigma. *Segurança e Defesa*, fevereiro, 12-19.
- Magalhães, J. & Faria, L., 2014. Stress e Resiliência - como transformar adversidades em respostas positivas. In: Balanceiro, J., Palma, P. J. e Lopes, M. P., ed. 2014. *Psicologia para não psicólogos*. Lisboa: Editora RH. 159-178.



- Marques, J., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. Lisboa (23 janeiro 2017).
- Mateus, J. M. R., 2014. *O Exército Português nas Operações de Apoio Civil*. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. AM.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1991. *Carta das Nações Unidas*. [em linha] Lisboa: MNE. Disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>, [Acedido em 06 Jan. 2017].
- Ministério da Administração Interna, 2013. *Relatório Anual de Segurança Interna 2012*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2014. *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2015. *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2016. *Relatório Anual de Segurança Interna 2015*, Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna, 2017. *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*, Lisboa: MAI.
- Ministro da Defesa Nacional, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. [Em Linha] Lisboa: MDN. Disponível em: [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/FPG\\_MA\\_27255.pdf](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_27255.pdf) [Acedido em 29 Jan. 2017].
- Moreira, A., 2014. O Conceito Estratégico Nacional. In: Barroso, L. M. e Escorrega, L. F., 2014. *Estudos de homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM. 335-340.
- Moreira, C. D., 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- North Atlantic Treaty Organization, 2016. Allied Joint Doctrine for Air and Space Operations. *AJP-3.3(B)*, [Em Linha]. Disponível em: <https://www.japcc.org>, [Acedido em 29 Jan. 2017].
- Palma, J. N., 2011. O papel das Forças Armadas nas operações inter-agências de combate às ameaças emergentes em Portugal. *Cadernos Navais*, nº 38 julho, p. 44.
- Pereira, J., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. DIVOPS (20 janeiro 2017).
- Pinto, M. S., 2015. *Perspetivas para uma Sociologia da Ação*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.



- Rainha, J., 2013. *Forças Armadas: Recursos Logísticos de Interesse Dual* (Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2012/2013). IESM.
- Ramalhete, J. M. C. J., 2010. *As Forças Armadas e a Proteção Civil no âmbito nacional e regional* (Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2009/2010). IESM.
- Reboredo, N. P. R., 2010. *A evolução do conceito de Segurança e as implicações nas Operações Militares no Séc. XXI* (Trabalho de Investigação Individual do CPOSM 2009/2010). IESM.
- Rosa, M. C., 2016. O futuro constrói-se com mais e melhor educação. *Jornal Público*, [Em Linha]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/09/05/sociedade/noticia/o-futuro-constroise-com-mais-e-melhor-educacao-1743164>, [Acedido em 29 Jan. 2017].
- Sampaio, J., 2016. Discurso de agradecimento por ocasião da atribuição do Prémio Nelson Mandela. *Jornal de Negócios*, [Em Linha]. Disponível em: [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/jorge\\_sampaio\\_recebe\\_premio\\_nelson\\_mandela](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/jorge_sampaio_recebe_premio_nelson_mandela), [Acedido em 29 Jan. 2017].
- Santos, B. D. S., 2010. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Santos, L. D., 2016. *A Guerra no Meio de Nós, A Realidade dos Conflitos do Século XXI*. Lisboa: Clube do Autor.
- Simões, A., 2017. A participação da FA em Missões de Apoio à Proteção Civil [Entrevista]. Lisboa (12 janeiro 2017).
- Viana, V. R., 2003. *O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas* (Trabalho individual de longa duração do Curso superior de Comando e Direção). IAEM.
- Viana, V. R., 2014. Reflexões sobre o conceito estratégico nacional e sua implementação. In: Barroso, L. M. e Escorrega, L. F., 2014. *Estudos de homenagem Abel Cabral Couto*. Lisboa: IESM. 367-384.



## Anexo A — Glossário de Termos

**Acidente grave:** “é um acontecimento invulgar que tem efeitos limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente” (AR, 2006).

**Ameaça:** “qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional” (Nações Unidas, 2004 cit. Escorrega, 2009).

**Calamidade:** “pode ser declarada quando, face à ocorrência ou perigo de ocorrência de algum ou alguns dos acontecimentos e à sua previsível intensidade, é reconhecida a necessidade de adotar medidas de carácter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos” (AR, 2006).

**Catástrofe:** “é o acidente grave ou série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional” (AR, 2006).

**Centros de Meios Aéreos (CMA):** trata do “acompanhamento, controlo operacional e estatístico da actividade dos meios aéreos e suas missões, do controlo logístico dos combustíveis e dos produtos de extinção” (ANPC, 2009).

**Organizational Self-Awareness:** “pode ser caracterizado em duas dimensões: a dimensão individual e a dimensão organizacional. A dimensão individual centra-se na capacidade que os indivíduos têm para responder a perguntas como: “O que sou nesta organização? Como é que as coisas são feitas aqui? O que é que a organização, como um todo, está a fazer agora?”. A dimensão organizacional prende-se na combinação entre agentes humanos ou autómatos, recursos e procedimentos que fornecem à organização a inteligência necessária para lidar com questões como: Quem são os meus membros? Como é que eles fazem coisas? O que é que eles estão a fazer agora?” (Zacarias, 2007 cit. por Franco, 2014a, p. 10).

**Produto:** “é qualquer coisa que possa ser entregue a um mercado para satisfazer um desejo ou uma necessidade, incluindo bens físicos, serviços, experiências, eventos, pessoas, locais, propriedade, informação e ideias” (Kotler e Keller, 2012 cit. por Franco, 2016).

**Risco:** “O conceito de risco é inseparável das ideias de probabilidade e incerteza; na sociedade contemporânea, o conceito caracteriza-se por assinalável polissemia (surgindo



por vezes a propósito do que se designa por perigos, catástrofes, acidentes ou ameaças) e refere-se normalmente a um vasto leque de situações de incerteza, associadas a qualquer coisa negativa que poderá ocorrer” (Escorrega, 2009).

**Zonas de Receção de Reforços Internacionais por via Aérea (ZRRINT):** “são zonas de controlo e apoio logístico, para onde se dirigem os meios de reforço e apoio logístico nacional ou internacional” (ANPC, 2017).



**Anexo B — Número de ocorrências e área ardida em Portugal continental**

Anos	Ocorrências (n.º) (um janeiro a quinze outubro)			Reacendimentos (n.º)	Área ardida (ha)		
	Fogachos (Área <1ha)	Incêndios Florestais	Total		Povoamentos	Matos	Total
<b>2012</b>	16 611	4 393	21 004	1 855	48 094	62 085	110 179
<b>2013</b>	14 819	3 525	18 344	2 241	54 856	94 620	149 476
<b>2014</b>	5 806	1 035	6 841	276	8 657	10 831	19 488
<b>2015</b>	12 081	3 247	15 328	1396	23 639	40 216	63 855
<b>2016</b>	10 402	2 677	13 079	963	85 785	74 705	160 490

**Fonte:** ICNF (2017)



**Apêndice A — Modelo de Análise**

<b>Questão Principal</b>	<b>Questões Derivadas</b>	<b>Conceito</b>	<b>Dimensões</b>	<b>Variável</b>
A FA contribui para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses através da participação em missões de apoio a ações da ANPC?	A FA tem responsabilidades no domínio da Segurança Nacional?	Segurança Nacional	<i>Safety</i>	Riscos e ameaças
	A FA intervém na garantia da Segurança Humana?	Resiliência Nacional	Missões de Interesse Público	Quadro legal e normativo
				Tipologia de Missões
	A FA é um meio eficiente no apoio à ANPC?	Duplo Uso	Socorro	Meios aéreos Empregues
				Horas de voo executadas
				Simulacros e Exercícios
				NRBQ
				DECIF
				C-295
	ALIII			
C-130				
EH-101				
CMA + ZRRINT				
Máquinas de Rasto				

**Fonte:** Autor (2017)



## Apêndice B — Guião para Entrevista Semi-Estruturada

**Enquadramento:** No âmbito da frequência do CPOS-FA 2016-2017 é solicitado aos auditores que procedam à investigação de um tema no âmbito das ciências militares. Neste sentido, o tema proposto para análise versa sobre A PARTICIPAÇÃO DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA EM MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO.

Para o estudo deste tema, o desenho de investigação assenta num estudo de caso. Este estudo consiste na identificação e avaliação das missões de apoio executadas pela Força Aérea Portuguesa (FA) junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

O resultado desta investigação tem uma dupla finalidade: primeiramente desenvolver uma consciência organizacional sobre as missões de apoio à Proteção Civil e, simultaneamente, proceder à divulgação, no âmbito académico, sobre a eficiência da FA na dimensão do duplo uso das suas capacidades.

**Destinatários:** TGEN Alfredo Cruz, Diretor da revista Mais Alto, COR João Pereira, Chefe da Divisão de Operações do EMFA, COR Martins Lavado, representante do CEMGFA na ANCP, MAJ André Simões, 2º Comandante do CTSA, MAJ Jorge Marques da DI, SMOR da especialidade OPSAS, SMOR Luís Batista.

**Motivo:** destacar a importância da visão do entrevistado (funções em desempenho, experiência operacional, outras) para o contexto de análise pela possibilidade de contribuir com uma perspetiva factual sobre a participação da FA nesta tipologia de missões de apoio.

**Metodologia:** Esta entrevista versará sobre três eixos: o eixo estratégico, o eixo operacional e o eixo sobre o futuro.

Para o eixo estratégico considera-se que a existência de um quadro legal e normativo relativo à participação das Forças Armadas em missões de apoio à Proteção Civil, indicamos que, no vetor da liderança, há uma consciência efetiva sobre a relevância destas matérias neste âmbito. O objetivo específico deste eixo é, e tendo por base estes normativos, materializar a forma da perceção da FA sobre o facto de ser agente de proteção civil e a sua prestação nessa tipologia de missões.

Para o eixo operacional o objetivo trata de explorar o Relatório Anual de Segurança Interna 2015, assim como as diretivas operacionais e normas de execução permanente emanadas pelo EMGFA e CEMFA, respetivamente, no sentido de apurar o real empenhamento da FA nesta tipologia de missões. Neste plano o objetivo passa por



enquadrar o empenhamento da FA no ciclo da proteção civil – prevenção, socorro e reabilitação.

Relativamente ao eixo do futuro o propósito tenta dar resposta à questão “que caminho possível?” sobre as futuras potencialidades relativas à participação em missões de apoio à Proteção Civil. Esta resposta poderá dar-nos novas pistas para o cumprimento do desiderato relativo ao duplo uso dos meios militares assim como promover a utilidade da organização militar ao dispor da segurança nacional.

**Classificação:** O conteúdo desta entrevista não terá classificação documental pelo que é de leitura livre.

**Data:** dd/mm/aaaa

<b>Dimensão da Questão</b>	<b>Vetores da Entrevista</b>	<b>Questões</b>
Eixo Estratégico	Resiliência	1. De que forma é que entende que a capacidade da FA ao serviço de missões de apoio à proteção civil potencia a resiliência nacional?
	Segurança Nacional	2. De que forma é que entende que estas capacidades concorrem para a garantia da segurança nacional?
	Perceção	3. Como entende que a participação da FA em missões de apoio à ANPC são percecionadas pela FA? Considera que há uma consciência (individual e coletiva) organizacional sobre a participação em missões deste tipo?
Eixo Operacional	Prevenção	4. Em que medida é que as lições aprendidas dos simulacros ou exercícios demonstram a importância da participação da FA?
	Socorro/Eficiência	5. Em que medida podemos afirmar que a participação dos meios da FA em missões de apoio à ANPC possibilitam ganhos de eficiência operacional à ANPC?
Eixo Futuro	Conhecimento	6. Considera que no plano da prevenção e da aquisição da resiliência nacional, e porque a FA têm uma dispersão geográfica que cobre todo o território, poderia, com ações locais, potenciar essa capacidade? Considera que os meios da FA podem constituir uma peça chave na aquisição de capacidades de prevenção e na cultura da segurança?

**Fonte:** Autor (2017)



## Apêndice C — Resumo das Entrevistas

**Entrevistado: SMOR Luís Batista**

**Importância do Entrevistado: Militar mais antigo da especialidade OPSAS**

**Variável em Análise: Visão holística sobre a participação da FA junto da ANPC**

**Data: 06jan17**

**Questão 4.** “ Ao nível dos simulacros a especialidade é acionada sobre os protocolos existentes ao nível das bases ou da cooperação solicitada pontualmente face aos conhecimentos no combate a acidentes com aeronaves. Ao nível dos protocolos destaco o protocolo entre a FA e a ANA especificamente para o Terminal Civil de Beja assim como (as formações de qualificação operacional ministradas aos OPSAS no Departamento de Limitação de Avarias da Escola de Tecnologias Navais, no âmbito do salvamento urbano). o treino possibilitado na refinaria de Sines visto que o conhecimento adquirido relativamente ao combate a incidentes com químicos permitiu uma visão mais técnica sobre o assunto pois não nos podemos esquecer que, no combate a incêndios a aeronaves, há todo um conjunto de químicos que é necessário acautelar a sua extinção. Estes simulacros e treinos com entidades civis são importantes para a aquisição de conhecimentos, nomeadamente ao nível dos novos procedimentos operacionais. Considero que o (tanto os simulacros como as formações/qualificações são uma mais valia de extrema importância para os OPSAS, pois potência o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas de combate ao incêndio, e contribui para enriquecer o desempenho mesmo no combate aos incêndios em aeronaves) valor técnico sobre o conhecimento que os OPSAS detêm sobre o combate a incêndios a aeronaves é muito relevante para a sociedade civil”.

**Questão 5/6.** “Ao nível de formação (Corporações de Bombeiros das zonas limítrofes das Unidades) e da informação sobre os riscos e como atuar (população em geral). Por exemplo, se um F-16 se despenhar a população não deverá aproximar-se da aeronave (esta aeronave representa inúmeros riscos, com especial incidência o armamento que transporta e também a Hidrazina) pois existe uma componente, a hidrazina, que é altamente perigosa para a saúde sendo que a prestação do auxílio deverá ser munida de fatos de proteção individual que não permita a potencial contaminação. Seria muito importante informar as populações vizinhas sobre os riscos e da forma como deverão atuar em caso de acidente. Também as ações de prevenção junto das populações vizinhas às unidades aéreas (ações de esclarecimento no âmbito do combate a incêndios em aeronaves e os riscos associados à atividade aérea), assim como na disponibilização de equipamento (viaturas específicas de combate a incêndios em aeronaves. No passado recente a Força Aérea cedeu viaturas a vários aeródromos), em capacidade sobranante”.

**Fonte:** Adaptado de Batista (2017)



<p style="text-align: center;"><b>Entrevistado: COR Martins Lavado</b> <b>Importância do Entrevistado: Representante Militar do CEMGFA junto da ANPC</b> <b>Variável em Análise: Visão holística sobre a participação da FA junto da ANPC</b> <b>Data: 09jan17</b></p>
<p><b>Questão 1.</b> “A ANPC reconhece essa eficiência através da legislação vigente, desde a Lei de Bases ao Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro passando pelas Normas Operacionais e Diretivas Operacionais da ANPC, que regula a participação das Forças Armadas nas missões de apoio à Proteção Civil. As Forças Armadas participam na medida em que, perante um acidente grave ou catástrofe, o que está em causa é o interesse nacional e é para a salvaguarda desse desígnio que as Forças Armadas intervêm”.</p>
<p><b>Questão 5.</b> “De acordo com a DON2 a Força Aérea pode ser empenhada em ações de reconhecimento, de avaliação e coordenação de meios aéreos sempre que as situações o justifiquem e em função da disponibilidade e prioridade de emprego destes meios militares. Este empenhamento é variável de ano para ano, resultante da quantidade de incidentes verificados assim como da sua severidade. Por exemplo, em 2016 e decorrente dos incêndios na Madeira houve necessidade de solicitar à FA apoio no transporte de equipas de combate e equipamento; por contrapartida, em 2014 não foi acionado nenhum pedido na medida em que as capacidades próprias da ANPC foram suficientes para garantir a missão.</p> <p>A FA presta apoio aos reabastecimentos dos meios aéreos da ANPC, na implementação de um CMA para apoio a aeronaves de outros países, à disponibilização de meios aéreos para transporte e reconhecimento assim como de maquinaria pesada. Também presta apoio na disponibilização das estações de tratamento e purificação de água mas que felizmente nunca foi necessário acionar.</p> <p>No âmbito do NRBQ a equipa da FA, assim como a equipa do Exército, são fundamentais para a construção da capacidade nacional visto que nas áreas Biológico e Químico as FFAA são as que detêm conhecimento e capacidades operacionais. Deste modo, as FFAA são uma peça chave nestas matérias pois coordenam as suas próprias capacidades técnicas e operacionais com o conhecimento das entidades civis, em pleno apoio à ANPC.</p> <p>No âmbito das máquinas de rasto, a solicitação da maquinaria pesada também varia de acordo com a severidade das ocorrências. Em 2016, na fase do rescaldo dos incêndios florestais tivemos de solicitar à FA esses equipamentos sendo que foram importantes para o sucesso da missão”.</p>
<p><b>Questão 6.</b> “Sim, não só a FA como todas as Forças Armadas. O conhecimento dos meios humanos das FFAA ao serviço do desenvolvimento das capacidades individuais junto da população civil serviria como complemento ao trabalho já em curso pela PSP, GNR e Bombeiros. A dispersão geográfica é de facto facilitadora e poderia potenciar a edificação da cultura de segurança pelo que será sempre um recurso a considerar”.</p>

**Fonte:** Adaptado de Lavado (2017)



**Entrevistado: MAJ André Simões**

**Função: 2º Comandante CTSFA – CTSFA**  
(período da entrevista: transição de comando do CTSFA)

**Variável em Análise: NRBQ**

**Data: 12jan17**

**Questão 1.** “Atualmente o CTSFA possui todas as capacidades no espectro das áreas de intervenção NRBQ definidas pela ANPC, excetuando a capacidade de análise laboratorial (instalações e técnicos). Neste sentido, e tomando por cenário um incidente NRBQ em território nacional, há que ter a consciência que, numa situação de grande dimensão, todos os meios e capacidades nacionais disponíveis, com certeza que terão que ser empenhados. Neste contexto, afirmaria que a capacidade para superar uma situação deste âmbito mais grave está, não nas capacidades de uma entidade, mas sim no compromisso, interoperabilidade e correta coordenação e articulação de meios entre todas as entidades envolvidas na resposta, onde o CTSFA, tal como as restantes entidades integradas na DON3 se inserem e contribuem para a resiliência nacional”.

**Questão 2.** “O CTSFA apostou há já alguns anos na aquisição de equipamentos de última geração, observando o princípio da qualidade em detrimento da quantidade. Por outro lado, os especialistas NRBQ sediados no CTSFA possuem conhecimentos amplos nesta área, tendo já atingido uma maturidade técnica que lhes permite executar qualquer missão (*multi-role*) com a competência que lhes é reconhecida pelas entidades civis com quem temos trabalhado. A especificidade de valências muito particulares, relacionadas com o meio aéreo, associadas à experiência e qualidade técnica dos especialistas, levam-me a crer que contribuem para a garantia da segurança nacional, aliada a todas as restantes capacidades comuns a outras entidades envolvidas na resposta a um incidente deste teor”.

**Questão 3.** “Não sendo uma missão primária da FA, a FA tem sido uma entidade que tem colaborado com a ANPC, sempre que solicitado. Toda a capacidade NRBQ está concentrada no CTSFA”.

**Questão 4.** “Tem sido através da participação da Equipa NRBQ da Força Aérea nestes exercícios e noutros organizados por outras entidades como o são o caso da NATO, UE, OPCW, PSI e APA, que a Força Aérea tem evoluído, identificando e eliminando constrangimentos na operação e melhorando TTPs (Técnicas, Táticas e Procedimentos). Posso afirmar que a FA, atualmente está bastante bem referenciada junto da ANPC e da APA (Autoridade Técnica nacional para material radioativo), tendo já atuado com equipas mistas em parceria com a APA, o que reflete o reconhecimento da sua capacidade e a importância da FA nesta área. Também a procura de formação, por várias entidades, junto da FA é um indicador da importância da FA”.

**Questão 5.** “As capacidades da FA, sem dúvida alguma, contribuem para a melhoria da eficiência da ANPC, dado que se por um lado possuímos capacidades que são transversais a outras entidades que colaboram com a ANPC, por outro possuímos experiência nesta área relacionada com o meio aéreo que as outras não têm. Também o know-how dos nossos especialistas tem invariavelmente sido reconhecido nos exercícios que têm participado, bem como pela procura que a formação NRBQ tem tido pelas várias entidades que possuem capacidades nesta área e que estão identificadas na DON3”.

**Fonte:** Adaptado de Simões (2017)



**Entrevistado: TGEN Alfredo Cruz**

**Função: Diretor da revista Mais Alto – EMFA**

**Variável em Análise: Visão holística sobre a participação da FA junto da ANPC**

**Data: 16jan17**

**Questão 1.** “Estou completamente certo de que as capacidades da FA potenciam a resiliência nacional. Vejamos: em primeiro lugar há que identificar as capacidades da FA; neste sentido, a primeira capacidade resulta das capacidades únicas dos helicópteros nas vertentes de busca e salvamento, evacuações médicas e apoio em locais de difícil acesso, a segunda é a capacidade de transporte, a terceira o NRBQ e em quarto as máquinas de rasto. Destaco ainda algo muito importante na análise da nossa participação em missões de apoio à Proteção Civil e tem a ver com o ambiente e com a natureza dos riscos associados. De acordo com a área geográfica onde nos encontramos a natureza dos riscos é diferente e logo os meios disponibilizados são igualmente diferentes. No continente as condições ambientais são diferentes, aqui os principais riscos são os incêndios e as cheias. A participação da FA ao longo dos anos, nomeadamente desde 1975, sempre foi mais notória nos incêndios. No início da década de 80 ocorreram cheias na zona do Ribatejo, nas lezírias de Vila Franca de Xira, e os Pumas e os Alouette III tiveram um grande desempenho”.

**Questão 2.** “As capacidades concorrem totalmente para a garantia da segurança nacional e da salvaguarda da vida humana pois cumprem o desiderato institucional que é a melhoria das condições de vida das populações, a que chamamos de ações humanitárias”.

**Questão 3.** “Existe uma completa perceção das missões desta natureza pois a ideia de apoiar ações de cariz humanitário no âmbito da salvaguarda da vida humana são motivo de grande motivação no cumprimento da missão. Os militares da FA estão conscientes, motivados e totalmente dedicados no cumprimento da missão por poderem garantir a segurança e a resiliência às populações em momentos críticos como o das calamidades”.

**Fonte:** Adaptado de Cruz (2017)



<b>Entrevistado: COR João Pereira</b> <b>Função: Chefe da DIVOPS – EMFA</b> <b>Variável em Análise: Visão holística sobre a participação da FA junto da ANPC</b> <b>Data: 20jan17</b>
<p><b>Questão 1.</b> “As capacidades da FA potenciam a resiliência nacional pois, para as mais variadas ameaças, a FA tem rapidez para aceder à zona afetada através da velocidade permitida pelos meios aéreos, é destacável na medida em que pode constituir uma unidade avançada de logística (apoio médico, refeições, entre outros) e tem capacidades para assumir o comando e controlo das operações aéreas, em situações de catástrofe, podendo coordenar todas as operações através dos seus recursos normais ou mesmo através de comunicações táticas”.</p>
<p><b>Questão 2.</b> “Existem mais exemplos para além da participação em missões de apoio à Proteção Civil e que têm a ver com a constituição de Zonas de Exclusão Aérea. No passado recente, existiram dois grandes eventos em Portugal para os quais foram definidas ZEA: o EURO, a Cimeira da Nato e em breve teremos a visita do Papa. Numa colaboração estreita com a AAN, o GNS, o SIS, que definem as ameaças potenciais e os graus de ameaça, sendo que à AAN é acometida a responsabilidade pelo policiamento aéreo. Os meios da FA foram/são usados para proceder a essa segurança, nomeadamente os meios defesa aérea, através dos F16, mas também através de helicópteros para cobertura de ameaças a baixa altitude. Nessa medida, a FA constitui-se como um agente que contribui inequivocamente para a garantia da Segurança Nacional, sendo que a sua existência não se restringe aos conflitos propriamente ditos”.</p>
<p><b>Questão 3.</b> “A liderança atual tem hoje a sensibilidade para as questões inerentes à participação em missões de interesse público, nomeadamente, no âmbito da proteção civil. Existe a consciência de que a Força Aérea pode ser parte da solução tal como é reiterado no relatório MAMIP, onde se traduz, claramente as potencialidades dos meios aéreos, em tempo de paz.”</p>
<p><b>Questão 4/5.</b> “O nosso <i>know-how</i> é o nosso melhor contributo pois a nossa visão relativamente às operações aéreas, ao nível do planeamento e comando e controlo, e meios aéreos é vasta e eficiente, única no nosso país. Os ganhos de eficiência são totais. Ao nível da prevenção a FA irá proporcionar grandes ganhos de eficácia na medida em que as nossas capacidades vão ser melhores e mais eficientes. Para a operação de vigilância iremos dispor já este ano de UAVs (classe 1 &lt; 30kg), que podem ser utilizadas para missões de controlo da poluição marítima, mas também podem ser utilizadas para missões de busca e salvamento e até de vigilância de áreas de incêndios, o que poderá significar uma maior intervenção, com custos menos elevados do que os possíveis com aeronaves, e deste modo proporcionar uma atitude mais preventiva relativamente à ameaça dos incêndios”.</p>
<p><b>Questão 6.</b> “A dispersão possibilita maior visibilidade junto da comunidade em geral, e das pessoas em particular, permitindo e reforçando o seu apoio à nossa participação em missões de natureza não militar. O nosso <i>know-how</i> no planeamento das operações aéreas e no comando e controlo proporcionam uma avaliação do risco de uma forma mais ampla, pela capacidade de visualizarmos o terreno na dimensão aérea. Por conseguinte, a FA proporciona capacidades de prevenção e de atuação quer no âmbito das operações, quer no âmbito no desenvolvimento da cultura de segurança”.</p>

**Fonte:** Adaptado de Pereira (2017)



**Entrevistado: MAJ Jorge Marques**

**Função: Repartição de Engenharia de Aeródromos da Força Aérea – DI**  
(período de desempenho de funções: setembro de 2005 a setembro de 2016)

**Variável em Análise: Máquinas de Rasto**

**Data: 23jan17**

**Questão 1.** “A Repartição de Engenharia de Aeródromos (REA) dispõe de três máquinas de rasto e dois porta máquinas (zorras) para executar todos os trabalhos de movimentação de terras, terraplenagens, desmatamentos e as zorras para o transporte de máquinas de engenharia e outros de grandes dimensões em toda a Força Aérea.

Além desta ocupação é extremamente importante fazemos parte do dispositivo nacional da ANPC, com duas máquinas de rasto e respetivas equipas, para as missões de proteção das populações e seus bens materiais através de tarefas relacionadas com a criação de acessos, desmatamentos, limpezas, perímetros de segurança e contenção e rescaldos de incêndios florestais”.

**Questão 2.** “Concorrem para a garantia da segurança nacional porque ao apoiarmos, dentro das nossas disponibilidades, na proteção das populações, dos seus bens e do ambiente, do flagelo que são os incêndios florestais, estamos a contribuir para a salvaguarda da segurança do nosso património futuro – humano, económico e ambiental”.

**Questão 3.** “A FA tem consciência da importância da participação do ramo em missões deste tipo, através sobretudo da disponibilização de máquinas de rasto, porta máquinas e pessoal com experiência e formação para operar com estes equipamentos no combate a incêndios florestais”.

**Questão 5.** “Durante o combate a incêndios florestais este tipo de equipamentos são de grande utilidade, porque possibilitam a criação de acessos para outras viaturas e equipamentos acederem ao combate, ações de rescaldos, limpezas, faixas de contenção, aumento do perímetro de segurança e outros. Esta disponibilidade dos equipamentos da FA permite à ANPC aumentar consideravelmente a sua eficiência operacional e a eficácia no combate aos incêndios florestais”.

**Fonte:** Adaptado de Marques (2017)



**Apêndice D — Missões de Interesse Público executadas pela FA**

<b>Missões de Interesse Público</b>	<b>Aeronaves</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Combate à criminalidade e ao tráfico internacional de estupefacientes (colaboração com a Polícia Judiciária)	P-3C C-295	9 missões de busca de alvos	92 missões de busca de alvos	Empenhamento de 333:00 HV	Empenhamento de 415:35 HV	Empenhamento de 278:05 HV
Vigilância Marítima (imigração ilegal)	C-295 P-3C	Empenhamento da aeronave C-295, num total de 463:45 HV no âmbito do FRONTEX	Empenhamento da aeronave C-295, num total de 84 missões e 389:00 HV no âmbito do FRONTEX	Empenhamento de 431:00 HV, no âmbito do FRONTEX e do EPN	Empenhamento de 805:40 HV, no âmbito do FRONTEX e do EPN	Empenhamento de 765:10 HV, das quais 623:45 HV no âmbito do FRONTEX e 141:25 HV no âmbito do EPN
Monitorização e Controlo do Espaço Marítimo (em colaboração com a Direção Geral de Recursos Naturais, no âmbito do projeto SIFICAP)	P-3C C-295 EH-101	Empenhamento de 256:20 HV	Empenhamento de 410:35 HV	Empenhamento de 281:40 HV	Empenhamento de 425:00 HV	Empenhamento de 289:00 HV
Controlo e Combate à Poluição	P-3C C-295	Empenhamento em exercícios e vigilância	Empenhamento de 01:00 HV	Empenhamento de 140:10 HV	Empenhamento de 359:20 HV	Empenhamento de 288:15 HV
Busca e Salvamento	P-3C C-295 EH-101	Empenhamento de 292:50 HV	Empenhamento de 372:15 HV	Empenhamento de 230:25 HV	Empenhamento de 316:10 HV	Empenhamento de 298:40 HV



Transporte de Órgãos	C-295 P-3C EH-101 FA-50	Empenhamento de 46:05 HV	Empenhamento de 54:20 HV	Empenhamento de 55:40 HV	Empenhamento de 68:30 HV	Empenhamento de 68:05 HV
Evacuações Sanitárias	C-295 EH-101 FA-50	Empenhamento de 464:20 HV	Empenhamento de 593:20 HV	Empenhamento de 484:15 HV	Empenhamento de 631:20 HV	Empenhamento de 669:20 HV
Evacuações a Navios	P-3C C-295 EH-101	Empenhamento de 146:30 HV	Empenhamento de 92:10 HV	Empenhamento de 187:25 HV	Empenhamento de 117:20 HV	Empenhamento de 122:45 HV
ANPC	Allouette III EH-101 C-295 C-130	Apoio ao combate a incêndios, 1 missão de apoio às inundações, na Madeira, num total de 63:50 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 20 missões e 117:00 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 15 missões e 14:10 HV	Apoio ao combate a incêndios, num total de 05:50 HV	Apoio ao combate a incêndios, inclusive de apoio na Madeira, num total de 34:50 HV

**Fonte:** Adaptado de RASI (2012, 2013, 2014, 2015, 2016) e Anuários Estatísticos FA (2012, 2013, 2014, 2015, 2016)

Legenda:

EPN – *European Patrol Network*

FRONTEX - Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia

HV – Hora de Voo

SIFICAP - Sistema Integrado de vigilância, Fiscalização e Controlo das Atividades da Pesca